



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: OPINIÃO 03
Data: 10/10/2012

Opinião

Editorial

Direitos subtraídos na maciota

A postura do Sindicato de Transporte de Passageiros de Aracaju (Setransp) não impressiona mais ninguém. A novidade ficou por conta da interferência do Ministério Público Estadual, obrigado a se mobilizar para conter um abuso cometido sem um pinga de pudor. De acordo com o promotor de justiça da Defesa do Consumidor, Daniel Carneiro Duarte, não há qualquer respaldo legal para a limitação de crédito de meia passagem para estudantes de pós-graduação.

Não é de hoje que a intenção de subtrair benefícios conquistados é manifestada sem nenhuma cerimônia pelo Setransp. Além de prestar um serviço de péssima qualidade, as empresas representadas pelo sindicato são conhecidas pelas péssimas condições de trabalho impostas a seus empregados. O resultado pode ser visto a qualquer hora nas ruas de Aracaju. Ônibus entupidos, caindo aos pedaços, conduzidos sem qualquer respeito pelos passageiros.

Os subterfúgios utilizados pelas empresas para ampliar a própria margem de lucros - de acordo com os dados divulgados

pelo IBGE, o transporte público continua sendo o principal responsável pela perda de poder aquisitivo do trabalhador - florescem a cada reajuste e sempre que as autoridades manifestam a intenção de retomar a licitação do transporte coletivo de passageiros em Aracaju. Em ambos os casos, o sindicato presta um testemunho

do entendimento estritamente comercial que possui em relação ao serviço prestado.

Os problemas de mobilidade enfrentado nas ruas da capital é outro ponto relacionado à questão que precisa ser observado com mais carinho. Não há coelho na cartola. Os impasses não serão solucionados

por passe de mágica. Sem a sempre adiada licitação qualquer iniciativa nesse sentido resultará insuficiente. Para o bem de todos os que precisam ir de um ponto a outro da cidade, resta a esperança de que as futuras administrações comprem a briga e privilegiem o interesse coletivo. Afinal de contas, de soluções mirabolantes para problemas que reivindicam apenas um olhar atencioso, estamos todos cheios.

Sem a sempre adiada licitação qualquer iniciativa nesse sentido resultará insuficiente. Para o bem de todos os que precisam ir de um ponto a outro da cidade, resta a esperança de que as futuras administrações comprem a briga e privilegiem o interesse coletivo